

## RESENHAS

THIOLLENT, M.J.M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3.ed. São Paulo, Polis, 1982. 270p.

Uma advertência inicial faz sentido para que o leitor não crie uma expectativa irreal em relação ao livro: não se trata de um manual de métodos e técnicas de pesquisa social, muito menos um livro-texto para ser assimilado passivamente por eventuais interessados na prática da investigação científica. A obra é, sobretudo, um convite à reflexão e à crítica dos procedimentos que têm orientado a tradição sociológica positivista nos últimos trinta anos, centrando o foco de sua análise nas técnicas de questionário e entrevista. Em momento algum esses instrumentos são negados como procedimentos válidos na investigação sociológica. Questionam-se, sim, os desvios e tendenciosidades que podem mascarar a essência do fato do social, em nome de uma pretensa neutralidade axiológica na concepção tradicional de questionário e entrevista, e na interpretação de seus resultados.

Tais desvios são apresentados como resultantes de uma postura que, ao se ater apenas aos elementos de descrição do fato e à verbalização de opiniões, negligencia as condições históricas determinantes destes fatos e opiniões, não detectáveis pela fragilidade dos instrumentos. Em outras palavras, são as determinações de ordem econômica, política e ideológica ligadas ao poder que precisam ser reconstruídas no campo da pesquisa. Isto será possível, na opinião do autor, através de novas alternativas metodológicas que estimulem o espírito crítico, a problematização e a teorização, estando os investigadores sem maiores compromissos institucionais em relação aos organismos financiadores de pesquisa. Nesta perspectiva, define-se uma possibilidade de utilização de questionários e entrevistas, sem cair no vazio da conduta a-histórica e da pobreza teórica que caracteriza o positivismo empírico na sua expressão mais radical.

Embora firme na crítica dos pressupostos empiricistas, o autor não chega ao paroxismo de justificar o extremo oposto, o "teoricismo", que se afasta da realidade concreta e se fecha no discurso da generalização: "Crítica as ideologias da observação, sejam elas empiricistas, positivistas ou psicologistas, não consiste em rejeitar todo tipo de observação ou de questionamento concreto, sempre indispensável em qualquer pesquisa científica para dar conta do real e eventualmente enriquecer a teoria. A crítica do empiricismo deve ser encarada como a crítica de um enfoque tendencioso, de um desvio de investigação ou de uma paralisia de raciocínio (pág. 19).

Com esta publicação, Thiollent, além de apresentar a sua perspectiva crítica em torno da pesquisa sociológica, coloca ao alcance do leitor brasileiro uma coletânea de textos críticos sobre técnicas de observação social produzidos por renomados cientistas sociais franceses, a exemplo de Pierre Bourdieu. Merece destaque, também, a inclusão, em anexo, do célebre "Questionário de 1880" (Enquête Ouvrière) elaborado por Karl Marx e encomendado pela Revue Socialiste. Este questionário de 100 perguntas teria sido, segundo o próprio Marx, a primeira tentativa séria de pesquisa sobre a situação do operariado na França.

A obra compõe-se de duas partes. Na primeira, o autor analisa os problemas teóricos e práticos das enquetes, numa apreciação que vai desde a definição de técnicas de pesquisa social, passando pela crítica à falsa neutralidade das enquetes sociológicas, o processo de entrevista e a

procura de novas alternativas metodológicas. Esta abordagem inicial pretende ser uma preparação do leitor para o contato com os textos que constituem a segunda parte do livro, assinados por Pierre Bourdieu, Liliane Kandel, Guy Michelat, Jacques Maitre, Raniero Panzieri e Dario Lanzardo, enfocando dois universos distintos: o da pesquisa de opinião e o da enquête opérária.

Considerando Bourdieu um dos poucos cientistas sociais que, no contexto de sua obra, alia a perspectiva teórica aos aspectos metodológicos da pesquisa empírica, sempre com respaldo epistemológico, Thiollent se vale dos seus conceitos para fundamentar a crítica à neutralidade axiológica e à neutralidade metodológica. Insiste que o uso do questionário não garante a neutralidade ou objetividade da investigação, como fazem crer os positivistas. Essa objetividade, inspirada no modelo das ciências naturais e fundamentada na quantificação dos fenômenos e na indução, não passaria de um ideal, porquanto o objeto da ciência é construído pelo próprio sujeito. Este repto à aplicação do modelo das ciências da natureza às ciências humanas pretende superar, inclusive, a crítica Weberiana com esse mesmo propósito, pois que rejeita o pressuposto da isenção de valores como atitude do pesquisador em relação ao seu objeto de investigação. Tal atitude é considerada voluntariosa e irreal por não se aceitar que o esforço de compartimentalização cerebral possa anular convicções e a carga ideológica introjetada pelo pesquisador. "A neutralidade e a objetividade se relaciona cada vez mais com a questão do poder do que do querer do cientista" (pág. 43).

Um dos aspectos mais criticados do questionário (que o autor não distingue de formulário, como geralmente acontece no Brasil) refere-se à imposição da problemática de pesquisa à população estudada, revelando um sociocentrismo intelectual em lugar do relacionamento horizontal com o mundo leigo (entenda-se aqui: agricultores, operários e o "povão" de modo geral). A imposição de questões que não condizem com a experiência própria dos entrevistados levanta uma série de informações que, na racionalidade do pesquisador, pode dar mais consistência interna ao seu estudo, mas jamais revelará a verdadeira problemática do segmento social investigado. Nem por isso o autor acredita que o melhor caminho para superar esses óbices seja o uso de técnicas que, simplesmente, reproduzam a problemática emergente das populações estudadas. Muito menos defende a solução fenomenológica ou dos métodos antropológicos que se contentam em descrever o universo existencial a partir da verbalização de pessoas. Ao contrário, considera imprescindível a existência prévia da problemática, porém desvinculada das imposições ideológicas, o que exigiria do pesquisador uma auto-avaliação em todos os sentidos, inclusive no ato de formulação das questões, e um esforço de percepção do quadro de referência e valores da população.

Em resumo, a superação da imposição de problemática seria uma questão de reflexividade e perfeita compreensão do relativismo cultural. Mas esta atitude reflexiva e auto-avaliadora do

pesquisador não teria a mesma limitação operacional da "neutralização de valores" proposta por Max Weber e criticada pelo autor? Ele parece admitir isso quando afirma, referindo-se à reflexividade e ao relativismo cultural: "Talvez isso esteja fora do alcance de muitos planejadores de pesquisa" (pág. 52). Ainda assim, Thiollent considera essas qualidades insuficientes por serem apenas elementos de autoconsciência do pesquisador que, na melhor das hipóteses, se previne de suas representações sociais, mas não problematiza, de fato, a relação entre o pólo investigador e o pólo investigado. Esta relação é crucial desde que se admita que o "objeto" é, também, "sujeito" do processo de pesquisa, requerendo, por conseguinte, uma nova orientação meto-

dológica. Quanto a isso, são sugeridas as técnicas de pesquisa-ação, intervenção sociológica, investigação-inserção e outras, que, em lugar de instrumentar a unidirecionalidade da comunicação, possibilitam um sistema de trocas entre investigador-investigado para a construção do conhecimento. Esta proposta contém desafios epistemológicos bastante sérios em termos do relacionamento sociologia-psicologia, mas constitui uma preocupação atual na agenda de muitos cientistas sociais.

A propósito disso, Thiollent adverte os pesquisadores para o risco do descuido em relação ao dispositivo metodológico apropriado quando desejam realizar estudos dentro da perspectiva do trabalho (e não do capital): “Planejar investigações ‘progressistas’, ‘engajadas’ ou simplesmente ‘diferentes’, não consiste apenas na escolha do assunto ou tema. A radicalidade, a relevância socio-política de uma pesquisa não é determinada pelo simples fato de se relacionar à classe operária, ao proletariado rural, ao movimento sindical ou a qualquer outro movimento social. As condições de obtenção dos dados e os processamentos aos quais são submetidos – numa palavra, o dispositivo metodológico – constituem o elemento determinante do que se pode pretender alcançar. Quando usam os métodos convencionais, não basta aos pesquisadores enfeitarem os seus relatórios de vocábulos marxistas para desenvolverem um conhecimento fundamentalmente diferente dos discursos burgueses sobre as ‘questões sociais’ e os diversos segmentos da sociedade” (pág. 131).

Ao encerrar este comentário, vale dizer que o livro certamente agradará àqueles que têm uma postura crítica e despreconceituosa em relação à ciência. A sua maior limitação reside na falta de maiores detalhes quanto à operacionalização das alternativas metodológicas propostas. Embora os artigos de Michelat e Maitre toquem superficialmente no assunto, era de se esperar uma abordagem mais aprofundada. Em todo caso, não era bem este o objetivo do livro que, no conjunto, acredito ter preenchido a finalidade a que se propôs. Thiollent fica devendo um novo volume, desta feita privilegiando os aspectos operacionais dessas técnicas de pesquisa não convencionais.

Cyro Mascarenhas Rodrigues  
DDT/EMBRAPA